



SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador Jaques Wagner

REQUERIMENTO Nº DE - CPICRIME

Senhor Presidente,

Requeiro, nos termos do art. 58, § 3º, da Constituição Federal, da Lei nº 1579 de 1952 e do art. 148 do Regimento Interno do Senado Federal, a convocação do Senhor Tarcísio Gomes de Freitas, Governador do Estado de São Paulo, para prestar depoimento perante esta Comissão Parlamentar de Inquérito.

JUSTIFICAÇÃO

A convocação do Governador do Estado de São Paulo, Tarcísio Gomes de Freitas, é medida de alta relevância para aprofundar as investigações desta Comissão Parlamentar de Inquérito, que apura a infiltração do crime organizado em diversas esferas da sociedade e do Estado. A oitiva se justifica pela necessidade de esclarecer fatos que tangenciam a intersecção entre o poder público, o financiamento de campanhas eleitorais e a atuação de agentes envolvidos em esquemas de lavagem de dinheiro, como o revelado no colapso do Banco Master.

É de conhecimento público que a campanha eleitoral do Sr. Tarcísio de Freitas ao governo de São Paulo, em 2022, recebeu uma doação de R\$ 2 milhões de Fabiano Zettel, maior doador individual da campanha e cunhado de Daniel Vercaro, controlador do Banco Master. Tal instituição financeira, conforme amplamente noticiado e investigado pela Polícia Federal na Operação Compliance Zero, está no epicentro de um esquema fraudulento com prejuízos bilionários e comprovadas conexões com organizações criminosas para lavagem de capitais. É imperativo que esta CPI compreenda a natureza dessa doação e se houve qualquer contrapartida



que possa ter beneficiado os interesses do grupo econômico por trás do Banco Master.

Nesse contexto, causa especial estranheza a privatização da Empresa Metropolitana de Águas e Energia (EMAE), realizada no início da gestão do Governador. A estatal foi vendida por R\$ 1 bilhão, valor substancialmente inferior à sua avaliação de mercado, a um fundo de investimentos ligado a Nelson Tanure. Logo após a venda, a EMAE, já sob controle privado, realizou um investimento de R\$ 160 milhões em debêntures do Banco Master, poucos meses antes da liquidação da instituição pelo Banco Central. A cronologia e a estrutura da operação levantam suspeitas sobre o uso de um patrimônio público estratégico para injetar recursos em um banco já insolvente, o que demanda um esclarecimento pormenorizado por parte do chefe do executivo paulista.

Ademais, somam-se a este quadro investigações em curso que atingem diretamente o entorno político do Governador, como a apuração sobre seu vice-governador por suposta lavagem de dinheiro em Andorra e investigações sobre outros doadores de sua campanha por suspeita de ligação com o PCC. Embora não se faça juízo de valor, a oitiva do Governador é fundamental para que esta Comissão possa mapear as vulnerabilidades do Estado à influência do crime organizado, seja no financiamento da política ou na gestão de ativos públicos. Portanto, a convocação do Sr. Tarcísio de Freitas é um passo indispensável para o completo esclarecimento dos fatos apurados por esta CPI.

Sala da Comissão, 23 de fevereiro de 2026.

Senador Jaques Wagner
(PT - BA)

